



SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 662, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143 de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto nas Portarias nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001 e com a Medida Provisória nº 2.209, de 29 de agosto de 2001, na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e no Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 25 (vinte e cinco) Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, no valor econômico de R\$ 63.778,73 (sessenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos), em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, conforme disposto no Contrato de Assunção, Renegociação e Quitação de Dívida nº 758/PGFN/CAF, de 25.10.2012, celebrados entre a União e o credor, observadas as seguintes condições:

TÍTULO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	PU (R\$)	QUANTIDADE	FINANCEIRO
NTN-B	1/11/2012	15/5/2017	2.551,14943	25	63.778,73

- 1º Os títulos NTN- B terão também as seguintes características:
I - data base: 15 de julho de 2000;
II - taxa de juros: seis por cento ao ano;
III - valor nominal: R\$ 1.000,00 (mil reais);
IV - modalidade: nominativa e negociável;
V - atualização do valor nominal: pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês anterior, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde a data base do título;
VI - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber. O primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título;
VII - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento;
VIII - os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.772, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante dos respectivos processos do Ministério da Justiça, resolve:

DECLARAR que readquiriram os direitos políticos, em virtude de terem sido satisfeitos as normas de alistamento militar, na forma da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, e acharem-se prontos para suportar os ônus impostos pela lei aos brasileiros, dos quais se haviam eximido por decreto, os seguintes cidadãos:

DJAIR RANGEL COUTINHO, filho de Alfredo Gomes Coutinho e de Mercelita Rangel Coutinho, nascido em 22 de junho de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.009574/2012-16);

EDUARDO MIQUITO, filho de Panteley Miquito e de Eliza Garcia Miquito, nascido em 25 de julho de 1957, na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.018220/2012-61);

EDUARDO SANT'ANA FILHO, filho de Eduardo Sant'Ana e de Ilda Serafim de Lara Sant'Ana, nascido em 7 de dezembro de 1959, na cidade de Itapetinga, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.010036/2012-66);

JOSÉ TEODORO DE ANDRADE, filho de José Irineu de Andrade e de Neoraci Diniz de Andrade, nascido em 7 de janeiro de 1963, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, e residente na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.010104/2012-97);

MAERCIO MENEZES, filho de Overlac Menezes e de Maria José Prezerutti Menezes, nascido em 28 de julho de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e residente na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo (Processo nº 08018.010195/2012-61); e

WELLINGTON MENDES BASTOS, filho de Osvaldo Mendes Bastos e de Maria Januária Mendes, nascido em 4 de abril de 1966, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e residente na mesma cidade (Processo nº 08018.010028/2012-10).

JOSÉ EUARDO CARDOZO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.664, de 15 de outubro de 2012, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 200, Seção 1, página 27, de 16 de outubro de 2012, referente a revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "MANOEL MARCOS DO NASCIMENTO, ", leia-se... "MANOEL MARQUES DO NASCIMENTO".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA
ECONÔMICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ANDAMENTO
PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
9ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.002949/2012-69
Requerentes: Gores Group LLC e TE Connectivity Ltd.
Advogados: Paola Petrozziello Pugliese e Marina de Santana Souza

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator

Brasília, 6 de novembro de 2012.
Vladimir Adler Gorayeb
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 6 de outubro de 2012

Nº 305 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.008788/2012-69.
Requerentes: CMPC Celulose Riograndense Ltda. e Fibria Celulose S.A. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Gianni Nunes de Araujo e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 314 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.004365/2010-66.
Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Representadas: Farmácia Frei Rogério (Drogaria Ogliari Ltda. ME), Farmácia Santa Bárbara (Santos & Niles Ltda. ME), Farmácia Vital (Pharmavithall ou Farmácia e Drogaria Sordi Ltda.), Farmácias Nossa Senhora Aparecida (Righes & Filhos Ltda. e Drogaria Nossa Senhora Aparecida), Farmácia Atual (Léa de Fátima Ferreira & Cia Ltda. ME), Farmácia Graciosa (Graciosa Drogaria e Perfumaria Ltda.), Farmácia Sul Brasil (Farmácia Sul Brasil Ltda.), Farmácias Moderna (Farmácia Tambosi Ltda. ME e A S Tambosi & Cia Ltda.) e Farmácias São João (Brasfarma Comercial de Medicamentos Ltda.). Advs.: Lilian Sprigico e outros; Roberto João Scheffer e outros; Eduardo Fontana Muller e outros; Thiago Ferreira, Heron B. da Frota Junior e outros; Cleodir João Olivo, Claiton Paulo Gatner e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Coordenador-Geral de Análise Antitruste 06, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica de fls. , decido: (i) pelo deferimento das seguintes provas testemunhais, a serem realizadas nas datas e horários indicados na Nota Técnica de fls., solicitadas pela Farmácia Vital (Pharmavithall ou Farmácia e Drogaria Sordi Ltda.), por meio da oitiva dos Srs. Márcio Antônio Sandri e Júlio Roberto Carpes; solicitadas pela Farmácia Frei Rogério (Drogaria Ogliari Ltda. ME), por meio da oitiva da Sra. Gisele Padilha Rodrigues e do Sr. Clodi José de Souza; solicitadas pela Farmácia Nossa Senhora Aparecida (Righes & Filhos Ltda.) e Drogaria Nossa Senhora Aparecida, por meio da oitiva do Sr. Roberto Molin de Almeida; solicitadas pela Farmácia Graciosa (Graciosa Drogaria e Perfumaria Ltda.), por meio da oitiva dos Srs. Alexandre Pelegrini Gerhardt e Carlos Ricardo Zílio; solicitadas pela Farmácia Sul Brasil (Farmácia Sul Brasil Ltda.), por meio da oitiva do Sr. Sandro Antonio Mandelli; solicitadas pelas Farmácias São João (Brasfarma Comercial de Medicamentos Ltda.), por meio da oitiva das Sras. Sirlei Aparecida Carpes e Rosângela de Fátima D'Agostini Zub; solicitadas pela Farmácia Atual (Léa de Fátima Ferreira & Cia Ltda. ME), por meio da oitiva dos Srs. Gerson Santino Ceconello e Marcos Vinícius Costa Granemann; solicitadas pela Farmácia Moderna (Farmácia Tambosi Ltda. ME), por meio da oitiva das Sras. Rosângela de Fátima Maia e Vanessa Cristina Favareto; e solicitadas pela Farmácia Moderna (A S Tambosi & Cia Ltda.), por meio da oitiva do Sr. Alexandre Dacol e da Sra. Luciana da Silva Ribeiro; (ii) pelo indeferimento da seguinte prova testemunhal solicitada pelas Farmácias São João (Brasfarma Comercial de Medicamentos Ltda.), por meio da oitiva da Sra. Sirlei Aparecida Carpes, uma vez que não foi informado o endereço completo para correspondência, conforme advertido anteriormente em pelo menos duas oportunidades; (iii) pelo deferimento das seguintes provas: documentais, solicitadas, de maneira genérica, pelos Representados Farmácia Vital (Pharmavithall ou Farmácia e Drogaria Sordi Ltda.), Farmácia Frei Rogério (Drogaria

Ogliari Ltda. ME), Farmácia Nossa Senhora Aparecida (Righes & Filhos Ltda.) e Drogaria Nossa Senhora Aparecida, Farmácia Graciosa (Graciosa Drogaria e Perfumaria Ltda.), Farmácia Sul Brasil (Farmácia Sul Brasil Ltda.), Farmácias São João (Brasfarma Comercial de Medicamentos Ltda.), autorizando que os Representados procedam, se assim quiserem, à juntada de novos documentos a qualquer momento, antes de encerrada a instrução processual; (iv) pelo indeferimento das seguintes provas: periciais, solicitadas de maneira genérica e/ou injustificadas pelo Representado Farmácia Vital (Pharmavithall ou Farmácia e Drogaria Sordi Ltda.), sem prejuízo de que o Representado produza, às suas expensas, tal prova pericial ou apresente estudos e pareceres técnicos, uma vez que lhe é assegurado o direito de apresentação de novos documentos até o final da instrução processual; (v) pela notificação dos Srs. Alexandre Pelegrini Gerhardt, Carlos Ricardo Zílio, Gisele Padilha Rodrigues, Clodi José de Souza, Rosângela de Fátima Maia, Vanessa Cristina Favareto, Alexandre Dacol, Luciana da Silva Ribeiro, Márcio Antônio Sandri, Júlio Roberto Carpes, Sandro Antonio Mandelli, Roberto Molin de Almeida, Gerson Santino Ceconello, Marcos Vinícius Costa Granemann, Rosângela de Fátima D'Agostini Zub para que compareçam à sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, localizada na SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Plenário, Ed. Carlos Taurisano, Cep: 70770-504, na cidade de Brasília/DF, nas datas e horários indicados na Nota Técnica de fls.; e (vi) pela notificação dos Representados acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas. Ao Setor Processual.
Em 05 de novembro de 2012

Nº 311 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.006408/2008-23.
Representante: Paulo Cezar Cordeiro. Representada: Unimed de Ribeirão Preto - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogados: Brasil do Pinhal Pereira Salomão, José Luiz Matthes, Paulo Henrique Marques de Oliveira e Henrique Furquim Paiva. Em resposta ao Despacho nº 254, publicado em 22 de outubro de 2012, no Diário Oficial da União, que convolou o presente Processo Administrativo e determinou que a Representada apresentasse as provas que pretende produzir, a Representada arrolou as testemunhas Luis Donizeti da Silva Stracieri, Rubens Issa Hallak Júnior e Álvaro Afonso Truite. Intimo a Representada para que formule os quesitos que se fizerem necessários e encaminhe as respostas via postal no prazo de 5 (cinco) dias.

Nº 312 - Processo Administrativo nº 08012.006761/2009-94.
Representante: Secretaria de Direito Econômico ex officio. Representada: Unimed de Sertãozinho - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogados: Brasil do Pinhal Pereira Salomão, José Luiz Matthes, Paulo Henrique Marques de Oliveira e Henrique Furquim Paiva. Em resposta ao Despacho nº 255, publicado em 22 de outubro de 2012, no Diário Oficial da União, que convolou o presente Processo Administrativo e determinou que a Representada apresentasse as provas que pretende produzir, a Representada arrolou a testemunha João Manoel Caracanhas. Intimo a Representada para que formule os quesitos que se fizerem necessários e encaminhe as respostas via postal no prazo de 5 (cinco) dias.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 385ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 E 26 DE JUNHO DE 2012

Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de junho fevereiro do ano de dois mil e doze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília-DF. Compareceram: Herbert José de Almeida Carneiro